



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social

AS RAÍZES E OS AVANÇOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE A “QUESTÃO SOCIAL”, ESTADO, CAPITALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS

Ranyellen Felix de Souza¹

Aline Maria Batista Machado²

Felicidade Dayana Monteiro Dias³

Edjavane da Rocha Rodrigues de Andrade⁴

Jailma da Costa Batista⁵

Luis Eduardo Lima⁶

Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita⁷

Thais Souza Bezerra⁸

Thélia Priscilla Paiva de Azevedo⁹

Ana Cristina de Lima dos Santos¹⁰

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir as raízes do Serviço Social e seus avanços até a contemporaneidade, colocando em evidência a sociedade capitalista, o Estado, a “questão social” e as políticas sociais, como aspectos que materializam a profissão. Para tanto, utilizamo-nos de pesquisa bibliográfica e documental para nos dar arcabouço teórico e metodológico na construção deste material, tendo como método o crítico-dialético, sendo resultado de estudos do GEPEDUPSS e de parte da dissertação de umas das integrantes. Iniciamos a discussão com o processo histórico do Serviço Social para incluirmos como a “questão social” foi sendo trabalhada e com isso a profissão foi se desenvolvendo perante a sociedade capitalista. Concluimos que os assistentes sociais estão inseridos em múltiplas e facetadas relações de trabalho que estabelece limites e possibilidades nas diversas esferas e que na atual cena o Serviço Social enfrenta as consequências do processo de globalização, refletidos na sociedade e rebatidos em seu cotidiano profissional. Frente a tais argumentos, a tarefa da profissão é árdua, na busca da consolidação do projeto profissional e na defesa dos direitos.

Palavras-chave: Serviço Social. “Questão Social”. Sociedade Capitalista.

1. INTRODUÇÃO

A constituição do Serviço Social é proveniente das relações sociais contraditórias iniciadas com o processo de expansão do desenvolvimento industrial e de crescimento

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: rany_ae@hotmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: rany_ae@hotmail.com.

³ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: rany_ae@hotmail.com.

⁴ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: rany_ae@hotmail.com.

⁵ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: rany_ae@hotmail.com.

⁶ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: rany_ae@hotmail.com.

⁷ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: rany_ae@hotmail.com.

⁸ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: rany_ae@hotmail.com.

⁹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: rany_ae@hotmail.com.

¹⁰ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: rany_ae@hotmail.com.

urbano. Na perspectiva de análise adotada neste trabalho, utilizamos da tese teórico-crítica desenvolvida por Montaño (2007) em que sinalizar que a profissão é determinada socialmente e emerge na sociedade capitalista a partir da luta de classes e de um contexto dinamizado contraditoriamente que colocou em pauta duas classes: a capitalista e a trabalhadora. Assim, o Serviço Social enquanto profissão surge interligada à resposta dada pelo Estado às expressões da “questão social”.

A materialidade da profissão e seu significado sócio-histórico se expressa a partir da inserção da profissão na sociedade com a divisão do trabalho constituída então pelas contradições geradas pelo capitalismo. Como profissão, o Serviço Social brasileiro surge ligado a bases confessionais na década de 1930, a partir da resistência, organização e mobilização da classe trabalhadora, a precarização de vida e de trabalho que põem em voga o debate sobre a “questão social” em que as necessidades sociais da população não estavam sendo supridas pela caridade, obrigando o Estado, a classe dominante e a Igreja a se posicionarem.

Vale ressaltar que a formação do capitalismo no Brasil por diversos fatores se desenvolveu de maneira diferente dos países do capitalismo central, ainda que mantendo suas características essenciais. Desse modo esse trabalho objetiva discutir as raízes e os avanços do Serviço Social brasileira, considerando como base constituinte de sua formação a sociedade capitalista e os rebatimentos contraditórios da sociedades, especificamente com o surgimento do trabalho assalariado.

2. A MATERIALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: discutindo os aspectos constitutivos de sua formação à contemporaneidade

Discutir sobre as raízes e os avanços do Serviço Social brasileiro, remete perceber a história da profissão a partir de três elementos essenciais, o primeiro deles remonta às bases constitutivas do Serviço Social da década de 1930 a 1960, caracterizado como o processo de institucionalização e legitimação da profissão, o segundo elemento compreende a inserção da profissão no Movimento de Reconceituação na América Latina e, por último, a inserção da profissão na discussão marxista. Dessa forma, analisando seu processo histórico nas raízes e avanços na profissão, sinalizaremos a interlocução do trato da “questão social” e as políticas sociais no cenário brasileiro.

Santos (2012) assevera que esse período é considerado muito relevante para a história econômica do Brasil, pois consolida o processo de substituição de importações de produtos manufaturados pelos da industrial brasileira, possibilitado pela política nacionalista e desenvolvimentista do governo Vargas. Tal desenvolvimentismo, ainda de acordo com a

autora, se dá via financiamento dos grandes monopólios do capitalismo central. Do ponto de vista político, esse cenário coloca a captação do Estado na intervenção econômica.

As mudanças postas à sociedade com a transformação do trabalho via capital, fomentam grandes consequências para as classes populares, colocando em debate a “questão social”. Nesse período a Igreja Católica vinha perdendo seu espaço político, após a Proclamação da República e a separação de Estado-Igreja, e percebeu nesse cenário a abertura para se legitimar e se reaproximar junto ao Estado, através da Ação Católica. Trata-se de um processo de recristianização da sociedade e de livrar o proletariado das influências socialistas que rondavam esse período e assim se aproximar do governo, colocando em evidência os primeiros tratos com a “questão social”.

Esse panorama dá arcabouço para o Serviço Social manifestar-se, surgindo da iniciativa de “[...] grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da Igreja. [...] Aparece como uma das frentes mobilizadas para a formação doutrinária e para o aprofundamento sobre os problemas sociais”. (IAMAMOTO, 2008, p. 19). Em suas raízes, o assistente social trabalha no enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais de exploração e dominação, desenvolvendo atividade de ação educativa e preventiva dos problemas sociais.

A ação desempenhada se diferencia da caridade, vista nas primeiras décadas da República, pois na verdade os assistentes sociais não estavam viabilizando favores. Os usuários eram tratados como “clientela” e os profissionais atuavam através de entidades filantrópicas privadas ou do Estado, na perspectiva doutrinária e moralizadora, caracterizado por lamamoto (2008) como caráter conservador¹¹ da profissão, com bases mais doutrinárias que científicas. Como desdobramento desse Apostolado Cristão em 1932, é fundado o Centro de Estudos e Ação Social, entidade que em 1936 criaria a primeira Escola de Serviço Social do país.

Aliado a esse cenário, processa-se o reconhecimento dos direitos, em destaque os trabalhistas, com destaque neste período, o presidente Getúlio Vargas. De acordo com Behring e Boschetti (2011), o país entra em uma agenda de Estado de compromisso, pois além do ponto de vista econômico, que visava impulsionar a indústria e as demais oligarquias, existiam as expressões radicais da “questão social” enfrentadas pelos trabalhadores em forma de greves e mobilizações, que até esse período eram tratados

¹¹ lamamoto (2008) sintetiza o pensamento conservador da seguinte maneira “sua vocação para o passado, terreno, germinativo da inspiração para a interpretação do presente. O passado é experimentado como virtualmente presente. A sociedade tende a ser apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação [...]. Os elementos sagrados, irracionais, não utilitários da existência, são valorizados em contraposição ao primado da razão. Tradição e costumes legitimam a autoridade. [...] seu pensamento tende aderir aos contornos imediatos da situação com que se defronta. [...] A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar. Sendo a organização da sociedade vista como fruto de uma ordenação natural do mundo [...]”. (IBIDEM, p. 24)

como “caso de polícia” e com uma parca legislação social, fazendo-se necessária a regulação das relações de trabalho no país.

A partir de 1935, Vargas soube combinar a regulamentação de trabalho, porém numa perspectiva de transformar a luta de classes em uma colaboração de classes, impulsionando a construção do Estado Social no Brasil, levando em consideração as particularidades internas, mas segundo o ritmo dos processos internacionais, nos termos de Behring e Boschetti (2011).

Desse modo, o período entre os anos de 1930 a 1945 é caracterizado como os anos de introdução das políticas sociais no Brasil e de avanço de grandes instituições sócio-assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, que oportunizaram uma ampliação para o mercado de trabalho dos assistentes sociais. Fica posto o que Netto (2011) denomina como sendo o principal *lócus* de atuação dos assistentes sociais e o mercado de trabalho apresentado, afirmado por Montaña (2007).

Não podemos compreender a profissão a partir dela mesma (perspectiva endógena), mas no contexto histórico com características específicas que deram condições para se constituir, como assinala Montaña (2007, p. 31) “o Serviço Social tem um papel a cumprir dentro da ordem social e econômica [...] na prestação de serviços: ao assistente social lhe é demandado [...] participar na reprodução tanto da força de trabalho, das relações sociais, quanto da ideologia dominante”. Põe-se, assim, a profissão como uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto dominante.

Com o crescimento econômico acentuado entre as décadas de 1950 e 1960 o Serviço Social é adotado para estimular o processo da economia, pois neste período ainda não existia uma identidade profissional e foi a partir da aproximação com a realidade brasileira com Serviço Social de Comunidade que a profissão tende a se maturar. Aguiar (2011) aponta que até meados da década de 1960 a formação dos assistentes sociais é vista sob a ótica católica e a “questão social” vista ainda de maneira moralizadora. É só com o Movimento de Reconceituação que se inicia a mudança das amarras conservadoras, ou como menciona Netto (2011b) do Serviço Social “tradicional”.

Behring (2011) destaca que esse período foi marcado por uma expansão das políticas sociais, justificando essa expansão de *lócus* de trabalho dos assistentes sociais e sua aproximação com a população. Outra característica desse período é o adentramento do país na fase de industrialização pesada, proveniente dos “anos de ouro do capital internacional” e do golpe militar, de 1964, que utiliza das políticas sociais para se legitimar. Assim, o Brasil tenta se aproximar do modelo fordista de produção e do *Welfare State*, se de um lado o governo militar busca se consolidar através dessa ampliação, do outro abre caminho para as privatizações nos diversos setores do país, como na educação e na saúde.

As transformações no Serviço Social foram agudizadas a partir de sua saída dos campos isolados e confessionais e se inserindo nesse contexto público que defendia a laicização, a partir de uma postura assumida por alguns profissionais “que se comprometeram com as classes subalternas e se colocaram a seu serviço”. (AGUIAR, 2011, p. 94) aliado a esta, está a expansão da profissão nas universidades, o crescimento das ciências sociais, nas quais a profissão se alimentava teórica e metodologicamente. As mudanças ocorridas em instituições ligadas ao Serviço Social por se deslocarem da defesa aos capitalistas para as demandas da população mais vulnerável. Por fim, o surgimento do movimento estudantil que requer desses agentes tais mudanças, assinaladas por Netto (2011b) como as mudanças internas.

Yazbek (2016, p. 19) analisa que a profissão assume as insatisfações da conjuntura em busca de renovação frente as “[...] redefinições da ordem capitalista internacional e do próprio processo civilizatório, que se irradia por todas as esferas da vida social”. Netto (2011b, p. 143) assevera que a ordem burguesa é questionada a partir das suas respostas direcionadas via políticas, uma vez que “começam a cristalizar-se reivindicações referenciada a categorias específicas (negros, mulheres, jovens)”. Nesse contexto os assistentes sociais como “executores” do conjunto de políticas que estavam produzindo contestações se veem de forma externa a se revisar, permitindo que assistentes sociais se comprometam com os interesses da população.

A inserção do Serviço Social brasileiro no Movimento de Reconceituação da América Latina, o qual se distancia em muitos aspectos da gênese da profissão, justifica-se como papel importante nas mudanças desenvolvidas dentro do Serviço Social. Caracterizado como a organização de grupos de assistentes sociais preocupadas em dar um novo direcionamento ao Serviço Social da América Latina, voltado para a realidade de cada país, ocupando esse lugar, nos termos de Iamamoto (2009).

Ao impulsionar pela intensificação das lutas sociais que se refratavam na universidade, movimentos sociais, da igreja entre outras instâncias, um amplo questionamento da profissão, como suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos perpassados pelas particularidades nacionais que estavam dissonantes com as teorias e métodos que não as explicavam.

O Serviço Social latino-americano buscava afirmar o compromisso com as lutas dos oprimidos, pela transformação social e de criar um caráter científico para as atividades profissionais. Iamamoto (2009) analisa que esse movimento no Brasil foi polarizado pelos ideais desenvolvimentista, coincidindo com a ditadura militar fazendo com que o debate assumisse outros matizes e recebesse distintas influências, principalmente do vetor tecnocrático.

Contudo, esse processo influencia os diversos “desdobramentos históricos” da profissão brasileira, seja do ponto de vista do referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que são vistos de forma marcante no fim dos anos de 1970. No Brasil o processo supramencionado é configurado como o Movimento de Renovação do Serviço Social, trajado por três momentos distintos, de acordo com Netto (2011b): A Perspectiva Modernizadora, marcada pelos Seminários de Teorização do Serviço Social denominados pelos nomes das cidades que sediaram os congressos – Seminário de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) –; Reatualização do Conservadorismo, com os Seminários do Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984) e a Intenção de Ruptura, como marca a reflexão de Iamamoto e Carvalho, em 1982. Cada perspectiva marcada pela conjuntura da época, promovidos pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais).¹²

Vale destacar que a Intenção de Ruptura se insere na aproximação com o marxismo ainda que de forma enviesada, que terá maior força no início da década de 1980. Nesse período o processo de apreender o significado social da profissão, foi conduzido pela ABESS (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS), que propiciou uma revisão crítica principalmente no que tange a reflexão da política social com viés democrático e universalizador, uma vez que estávamos iniciando o processo de redemocratização, a produção/ação profissional também se direciona para essa perspectiva. Entra no campo de discussão a perspectiva da superação da desigualdade social em interlocução com a tradição marxista e a compreensão e abordagem da profissão “como componente da organização da sociedade inserida na dinâmica das relações sociais”. (YAZBEK, 2016, p. 19).

Esse referencial, como sinalizado por Yazbek (2016), Netto (2011b), Almeida (2016), Mota (2016), vai conduzir a ação e o pensamento do Serviço Social brasileiro, mesmo com confrontos, acarretando na revisão do currículo em 1982, criação das diretrizes de bases em 1986, o Código de Ética de 1986, posteriormente, revisado no ano de 1993, compondo o chamado Projeto Ético Político (PEP) que entre as décadas de 1980 e 1990 alcança “um nível de maturação que expressa rupturas com o seu tradicional conservadorismo” (YAZBEK, 2016, p.20), tanto é que em 1996 emerge as novas diretrizes curriculares que

¹² De acordo com Netto (2011c, p. 152) “o primeiro cobre a segunda metade dos anos sessenta, o segundo é constatável um decênio depois e o terceiro se localiza na abertura dos anos oitenta.” A marca principal da primeira vertente é a adequação ideológica do Serviço Social ao desenvolvimentismo, com núcleo central a tematização do Serviço Social como “interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento” (ibidem, p. 154) e por isso marcada pelas perspectivas funcionalista e da matriz positivista. A segunda perspectiva recupera elementos da herança histórica e conservadora do Serviço Social, mas com uma roupagem que se denomina nova, sobre um cariz fenomenológico, o núcleo desta vertente está na subjetividade e aspectos psicologizantes dos indivíduos, envolvendo a concepção de pessoa humana, diálogo e transformação dos sujeitos. A terceira vertente tem como ponto central a crítica ao tradicionalismo da profissão e “aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos” (NETTO, 2011c, p. 159).

destacarão a “questão social” como objeto do Serviço Social e afirma a profissão como trabalho.

O Brasil, ao entrar na década de 1980 entra em estreitamento econômico apresentado por Behring e Boschetti (2011) como a década perdida, ocasionado pela dívida externa, queda nos investimentos e aumento nas taxas de impostos, inflação, desemprego e aumento do trabalho informal. Nessa época os países da América Latina, incluindo o Brasil, passam por um aprofundamento nas dificuldades em formular políticas econômicas e de distribuição de renda, gerando a necessidade desses países recorrerem ao FMI (Fundo Monetário Internacional) contraindo empréstimos, ocasionando a crise de endividamento desses países, tendo como efeito o empobrecimento dos países da América Latina. São esses efeitos que dão força para entrarmos na transição democrática e faz o governo militar perder suas forças. Assim, do lado oposto da ideologia política do regime militar e de acúmulo de capital, muitos movimentos sociais e estudantis foram formados.

Nesse contexto a “questão social” se torna gravíssima e politiza-se em decorrência da explosão dos movimentos sociais pela retomada da democracia e promulgação de uma nova Constituição. Em 1988, tem-se uma nova Constituição, fragilizada pelos ideais neoliberais, que até os dias atuais encontra dificuldades para atender esse traço de universalidade, proveniente dos entraves do neoliberalismo e de um contexto adverso e reformista.

Consolidada nos anos 1990, a agenda neoliberal apresenta muitas mudanças, sobretudo devido à perspectiva de Estado mínimo, e as expressões da “questão social”, continuam acentuadas: “[...] aumento do desemprego estrutural, e do pauperismo [...] e perda de direitos sociais básicos, como a precarização das relações trabalhistas e a privatização de bens públicos, como saúde, previdência e educação”. (CASTELO, 2012, p. 623)

Ao ter como ponto analítico a perspectiva crítica, evidenciamos que a formação da profissão tem como premissa a relação contraditória fincada na sociedade capitalista e ganha legitimidade ao ser chamada para trabalhar nas sequelas da “questão social” pelo Estado. É sobre esse prisma, após a década de 1980, ao reconhecer que as forças contraditórias são causadoras da “questão social”, que são criadas as bases para a renovação do estatuto da profissão constituída social e historicamente como elemento central e constitutivo da relação da profissão com a realidade social.

Barroco (2012) analisa que a reformulação do Código de Ética em 1993 ocorreu em um cenário de enfrentamento ao neoliberalismo e do debate ético no interior da categoria, impulsionados por eventos em âmbito nacional e regionais discutidos entre 1991-1993, e pelo debate dos Direitos Humanos (DH) que colocou em evidência a regressão dos direitos

conquistados historicamente. Esses dois fatores deram suporte para a reformulação do Código e avanço político na qualificação do exercício profissional. Dessa maneira viabiliza junto com as demais Resoluções, o direcionamento político ao trabalho dos profissionais em seus diversos espaços de trabalho.

Ao constituir princípios, deveres, direitos e proibições que direcionam a ação dos assistentes sociais em suas diversas relações (usuários, profissionais, instituição) tendo como principal defesa a classe trabalhadora e a direção política a um novo projeto societário sem discriminação e desigualdade, assinalados também como desafios.

Nessa direção, Iamamoto (2015b) assevera que o projeto profissional no Brasil reconhece a dimensão contraditória das demandas que se apresentam à profissão, tanto no movimento do capital quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte das conquistas dos trabalhadores, sendo essas forças antagônicas que reafirmam:

A questão social como base de fundação sócio-histórica da profissão, em seu enfrentamento pelo Estado, pelo empresariado e pelas ações das classes trabalhadoras no processo de constituição e afirmação dos direitos sociais, o que requer suas multifacetadas refrações no cotidiano da vida social, que são matéria do trabalho do assistente social. (Ibidem, p. 183)

Ao retratar o Serviço Social, essa autora afirma que as respostas político-institucionais à “questão social” e as estratégias para respondê-la têm sido tensionada por projetos político-institucionais com implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social, onde existe o acirramento “[...] entre a defesa dos direitos sociais universais, a mercantilização e re-filantropização do atendimento às necessidades sociais”. (IAMAMOTO, 2015b, p. 196).

A “questão social” foi se construindo no Brasil e se expressando de diversas maneiras, reflexo também do processo de mundialização do capital, como utiliza Silva (2014, p.154) “[...] desemprego, subemprego, pauperismo, marginalidade, periferia, pobreza, miséria, menor abandonado, mortalidade infantil, desamparo, ignorância, analfabetismo, agitação, baderna, violência, caos, subversão.” Ampliando também os espaços sócio-ocupacionais de trabalho para o assistente social.

O debate na literatura brasileira esclarece a “questão social” como objeto da profissão a partir do processo coletivo de construção. Nas palavras de Iamamoto (2015b), não é fruto de uma decisão arbitrária ou aleatória, mas da necessidade de impregnar a profissão da história presente, afirmando a importância de estabelecer uma conexão entre teoria e realidade.

Ao analisar os projetos societários e o debate para a contemporaneidade Iamamoto (2015), Almeida (2016), Mota (2010, 2016), Netto (2011) e ABEPSS (1996), trazem consigo o quanto a profissão, ao defender os direitos sociais, vem sendo tensionada pelas

aspirações neoliberais. Historicamente as(os) assistentes sociais ao dedicarem-se a implementação das políticas, atualmente não sendo o campo exclusivo, criaram novos campos, competências e funções para o profissional, que na contemporaneidade requer deste um “perfil profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais”. (IAMAMOTO, 2015, p. 207)

Dessa forma ao ampliar esses espaços é solicitado ao assistente social compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica sobre a explicação da realidade social e sua articulação com seu instrumental técnico-operativo capaz de potencializar suas ações.

Desde que o Serviço Social começou a se revisar a “questão social” e suas refrações tem sido analisada como elemento fundante, conforme é apontado pela ABESS/CEPDEPSS (1997) e ABEPSS (1996) dando concretude à profissão. E conforme podemos analisar, em linhas gerais, deu forma à profissão justificando sua colocação como objeto de trabalho. É sobre esse processo que se faz necessário compreender que as(os) assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da “questão social” ao formular e implementar propostas para seu enfrentamento.

A profissão pauta-se nessa relação no qual o assistente social desempenha seu trabalho, sendo necessário, para tanto “[...] o reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional pressupõe (sic) compreender como as expressões da questão social se expressam no cotidiano profissional” (CFESS, 2012, p. 26) para que não se caia nas amarras condicionadas pelo conservadorismo da gênese da profissão, ou como menciona Iamamoto (2015) na pulverização e fragmentação das inúmeras “questões sociais” ou no discurso genérico de uma visão unívoca e indiferenciada da “questão social”, esvaziando-a de suas particularidades históricas.

Santos (2017) assinala que sobre o prisma da “década perdida” dos anos 1980, do protagonismo sindical e do movimento social em torno do processo de redemocratização, gerou um polo de resistências para que o país se dificultasse a implementação do neoliberalismo. O período foi caracterizado por uma alta da inflação e seu controle via “Plano Real”, possibilitou a elegibilidade de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Na década de 1990 o país encontra-se em um ambiente de contrarreforma do Estado orientada para o mercado e de parcerias entre os setores público e privado. Esses programas e políticas estabelecidas inicialmente nos governos de FHC e posteriormente formuladas e implementadas nos governos de Luís Inácio Lula da Silva, seguiram essa concepção, fazendo com que muitas das responsabilidades do Estado fossem direcionadas para a Sociedade Civil organizada, um exemplo é o discurso sobre os programas de

publicização (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) que permitiu a organização e execução de políticas públicas por instituições do chamado terceiro setor, caracterizando novos dilemas para a sociedade brasileira.

Sobre a análise de Santos (2017) os anos iniciais da década de 1990, trouxe várias diretrizes do Consenso de Washington, como o desmonte do parque industrial brasileiro a abertura financeira, comercial e das privatizações; o favorecimento do capital especulativo com a regulação da taxa de juros; o aumento do desemprego e principalmente a desregulações dos direitos sociais que foram garantidos constitucionalmente.

A “questão social” acentuasse nesse período, principalmente as expressões ligadas ao mundo do trabalho com o aumento da informalidade, do trabalho próprio e assim a precarização do trabalho existindo uma crescente equalização da “questão social”, como assevera Santos (2017, p. 36), “elevou-se o desemprego e deteriorou-se ainda mais o já precário e desestruturado mercado de trabalho nacional, crescendo também a já alta rotatividade e flexibilidade das ocupações.”

O movimento de contrarreforma do Estado, conforme Silva (2011), possibilita três características, para a relação sociedade civil, políticas públicas na figura do Estado e capitalismo: atendimentos às necessidades da população através de um atendimento gratuito com característica de desmonte do que é público, e assim, a focalização e descentralização das políticas; mercantilização dos serviços, através de sua venda e; a filantropização dos serviços destinados aqueles que não se encaixasse nas duas primeiras, nesse espaço examinasse o terceiro setor.

As características supramencionadas, os resultados do crescimento econômico pífio em conjunto com o acentuamento das expressões da “questão social” geraram a eleição do Governo Lula, que assume no ano de 2003. De acordo com Santos (2017) a partir deste governo temos uma segunda fase do neoliberalismo, sob a égide do neodesenvolvimentismo. Nesse percurso temos a presença de que o Estado não pode ser tão mínimo, recomendando “[...] sua presença em alguns campos como o combate à pobreza e a educação básica, mas sem abrir mão, por outro lado, de reformas na educação superior e na saúde, visando torná-las ‘autossustentáveis’”. (ibidem, p. 38)

O exemplo dado sob a análise da autora encontra-se de como o Brasil, passou pela crise dos anos 2008, com resultados positivos que parecia “blindar” o país. Essa articulação entre o campo econômico e o social, possibilitou que a continuidade do Partidos Trabalhadores na figura do presidente Lula e da presidente Dilma, entre os anos 2003 a 2016.

Algumas são as características desse governo: produção do superávit primário com variável nos ajustes na fonte dos direitos sociais; cortes em orçamentos; privatização dos

direitos sociais principalmente com a expansão do Ensino Superior privado; uma vulnerabilidade do país em relação ao mercado internacional com a presença do capital financeiro, o FMI e o Banco Mundial e exploração de recursos naturais em vários aspectos.

Do outro lado, como contrapartida, em uma sintonia com a política econômica, existiu uma implementação do programa de moradias populares; ampliação dos programas de transferência de renda e a política de valorização do salário mínimo impactando a geração de empregos e de geração de Previdência Social, como o aumento do consumo, propiciando a ideia de um Estado não tão mínimo, contudo sem “desatar as amarras” com o neoliberalismo.

Nesse percalço a “questão social” ora se manifesta ora mascara os problemas. Na análise realizada por Santos (2017) a luta de classes organizada no Brasil, sofre um profundo colapso com os governos petistas,

[...] pois nestes se operou [...] o “apassivamento” da classe trabalhadora. Trata-se de um tipo de “transformismo”, conceito clássico elaborado por Gramsci, que o define como uma absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliáveis inimigos. (IBIDEM, p. 44)

Os novos dilemas evidenciados com as novas formas de relação de trabalho que afetam radicalmente as condições de vida e de trabalho da população, redimensionando as requisições do trabalho profissional. Serviço Social se regulamenta como profissão liberal e dela decorre seus estatutos legais mencionados, como o Código de Ética de 1993 e a Lei que regulamenta a profissão nº 8.662, do mesmo ano. Esse arcabouço ético-legal ordena “[...] uma autonomia teóricos-metodológica, técnica e ética políticas à condução do exercício profissional” (IAMAMOTO, 2009, p.38) tensionadas pela compra e venda de sua força de trabalho.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições de trabalho e de relações nos quais os assistentes sociais estão inseridos são múltiplas, estabelecendo limites e possibilidades nas diversas esferas de trabalho em que na atual cena o Serviço Social enfrenta as consequências do processo de globalização, refletidos na sociedade e rebatidas em seu cotidiano profissional. Frente a tais argumentos, a tarefa da profissão é árdua, na busca da consolidação do projeto profissional e na defesa dos direitos, se fazendo necessário conforme explana Iamamoto (2015a), decifrar as novas demandas posta a profissão, buscando atitudes que não sejam fatalistas já dispostas no cotidiano, no qual reduz seu exercício a procedimentos técnicos e operacionais.

Santos (2017) assevera que nessa conjuntura evidencia-se uma “assistencialização focalizada”, principalmente no que envolve a pobreza e uma reaparição da sua criminalização, violação dos direitos humanos e sociais, e uma reatualiza do binômio caridade e repressão. Os tempos que se anunciam parecem indicar uma “onda tenebrosa” para as lutas da classe trabalhadora em defesa dos direitos sociais. Fazendo assim necessário a necessidade de reafirmar a história e os fundamentos que materializam o Serviço Social como profissão.

Apontamos que para o Serviço Social, cujo *lôcus* de atuação majoritariamente incidem no campo das políticas sociais, é indispensável a análise crítica sobre os fundamentos da “questão social”, de suas particularidades e expressões, nos diversos momentos históricos, sob pena de reproduzir e afirmar a ordem burguesa.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEPDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional. Novos subsídios para o debate.** Cadernos ABESS, São Paulo, n. 7, p. 15-58, 1997.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “QUESTÃO SOCIAL” e Serviço Social no Brasil. In.: SILVA, Maria Liduina de Oliveira e. (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Materialidade e potencialidades do código de ética dos assistentes sociais brasileiros. In.: **CFESS (org.) Código de Ética do Assistente Social Comentado.** São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamento e história.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 112, p. 613-636, ano 2012.

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** CFESS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Orgs. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.

_____. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 33 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O Serviço Social na Contemporaneidade. In: **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015a.(pág. 17-75).

_____. **Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015b, p. 105-208.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, sua especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007. (17-92).

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Serviço Social brasileiro. Insurgência intelectual e legado político. In.: SILVA, Maria Liduina de Oliveira e. (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. Ed. – São Paulo, Cortez, 2011a.

_____. **Introdução ao método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo, Cortez, 2011c.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: particularidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Neoliberalismo e novo desenvolvimentismo: o papel do Estado frente ao agravamento da “questão social”. In.: MOTA, Vânia Cardoso da. PEREIRA, Larissa Dahmer. (org.). **Educação e Serviço Social: subsídios para uma análise crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

SILVA, Rose Cléia Ramos da. As políticas educacionais no Brasil a partir dos anos de 1990: problematizando a descentralização e a municipalização da educação básica. In: **Políticas Educacionais: faces e interfaces da democratização**. Maria das Graças Martins da Silva (org.). Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos**. 2 ed. Campinas-SP: Papel Social, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira e. (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.